

No segundo semestre de 1963, quando a campanha de esclarecimento sobre a desnacionalização de nossa imprensa tinha já dois anos de duração, o deputado João Dória, sob o tremendo escândalo das revelações da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o IBAD, propôs a constituição de outra CPI, agora para apurar o problema das revistas estrangeiras editadas em português no Brasil. Convém, pois, reconstituir, antes, sumariamente, o caso do IBAD. As eleições de 1962, particularmente no que se refere a alguns governos estaduais, em que as forças democráticas tinham amplas possibilidades de vitória, e à renovação da Câmara e do terço do Senado, como das Assembléias Legislativas estaduais, mostravam que forças econômicas e financeiras muito poderosas haviam empenhado enormes recursos em corrupção eleitoral, com o fim de liquidar correntes, partidos e candidatos de esquerda, supostamente de esquerda ou simplesmente comprometidos com a democracia representativa e com a defesa dos interesses nacionais. O emprego de recursos materiais em eleições não era, evidentemente, uma novidade; no pleito presidencial de 1960 atingira proporções muito grandes. Tratava-se, agora, entretanto, de coisa muito mais grave: havia indícios da organização e atividade de entidade especialmente destinada ao financiamento de candidatos; pelo vulto dos recursos mobilizados e aplicados, tal entidade estava sendo suprida do exterior. Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, sob pressão da opinião pública, escandalizada com as denúncias, ouvia, em julho de 1963, do tesoureiro do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Artur Oscar Junqueira, ex-diretor da Caixa Econômica Federal do Estado da Guanabara, no governo Jânio Quadros, a espantosa confissão de que o IBAD financiara a campanha de 250 deputados ou candidatos a deputados, nas eleições de 1962, gastando nisso mais de cinco bilhões de cruzeiros⁽³⁵⁸⁾. O IBAD editava um boletim, sob o título *Ação Democrática*, impresso na oficina que confeccionava as Listas Telefônicas da *Light*, para distribuição gratuita: era bem impresso, em papel acetinado e tiragem apregoada de 210 000 exemplares. Esse boletim acusava: "O poder econômico que é preciso destruir é, antes de mais nada, o que se encontra em mãos do Governo, através dos Institutos de Previdência, do Banco do Brasil, da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica Nacio-

(358) A 27 de agosto de 1962, o vespertino carioca *Tribuna da Imprensa* publicava: "Entre os candidatos da Guanabara que não precisam fazer despesas com a campanha eleitoral, pois tudo é pago pela Ação Democrática, destacam-se os seguintes, todos considerados líderes anticomunistas e que contribuirão para uma efetiva renovação do Parlamento brasileiro: Juraci Magalhães, Menezes Cortes, Maurício Joppert, Lopo Coelho, Amaral Neto, Eurípedes Cardoso de Menezes, Danilo Nunes, Raul Brunini, Gabriel Chaves de Melo, Raimundo de Brito, entre outros". O depoimento do governador de Pernambuco, Miguel Arrais, foi impressionante, pelas provas apresentadas, em diversos volumes.